

11 JUN 1990

Senado recebe hoje a resposta de Zélia

BRASÍLIA — O Presidente do Senado, Nélson Carneiro, informou ontem que a Ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, encaminhará hoje ao plenário parte das informações requeridas pelo Senador Jamil Haddad (PSB/RJ), sobre possível quebra de sigilo do Plano Collor: relação dos que sacaram dinheiro nas vésperas da decretação do bloqueio bancário. Adiantou que recebeu a confirmação do Líder no Governo no Senado, José Ignácio Ferreira, de que a Ministra deverá cumprir o prazo fixado, que termina no final da sessão vespertina de hoje.

— A sessão deverá durar até as 17h e, durante os trabalhos, deverão chegar ao plenário parte das informações que a Ministra conseguiu reunir até agora — anunciou Nélson Carneiro.

O Presidente do Banco Central, Ibrahim Eris, informou que não será possível fornecer de imediato a lista completa das pessoas que sacaram mais de NCz\$ 500 mil entre os dias 15 de fevereiro e 15 de março, como requereu o Senador Jamil Haddad, porque os bancos não tiveram tempo para concluir o levantamento. Prometeu enviar o restante dos dados posteriormente, desistindo de insistir na tese de que a Mesa do Senado não tem competência legal para quebrar o sigilo bancário.

Nélson Carneiro explicou que, de acordo com o Regimento Interno do Senado, ele receberá as in-



Zélia enviará ao Senado apenas parte das informações solicitadas

formações sigilosas e as repassará imediatamente ao Senador Jamil Haddad, autor da proposta de processo contra a Ministra Zélia Cardoso de Mello.

— Eu nem vou abrir o pacote de informações. Encaminho fechado ao Senador Haddad. Ele vai examinar os documentos e, se não ficar satisfeito, se considerá-los insuficientes, deverá pedir à Ministra que os complemente — disse Nélson.

Preocupado com a perspectiva de falta de quorum, Nélson Carneiro acha difícil votar qualquer

materia da pauta esta semana. Além dos jogos da Copa do Mundo, a ausência será ainda maior em função do feriado de Corpus Christi, quinta-feira. Na semana anterior ao recesso parlamentar, entretanto, ele acha que será necessário um esforço concentrado de votações para apreciar matérias importantes como a Lei de Diretrizes Orçamentárias e o veto do Presidente Fernando Collor à Lei eleitoral, que permite a participação dos candidatos comunicadores em seus programas até o início da propaganda eleitoral gratuita no rádio e na TV.